



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE  
INQUÉRITO

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 569, de 2009, composta de onze membros titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS) e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) relacionadas com: a) indícios de fraudes nas licitações para reforma de plataformas de exploração de petróleo, apontados pela operação "Águas Profundas" da Polícia Federal; b) graves irregularidades nos contratos de construção de plataformas, apontados pelo Tribunal de Contas da União; c) indícios de superfaturamento na construção da refinaria Abreu e Lima em Pernambuco, apontados por relatório do Tribunal de Contas da União; c) denúncias de desvios de dinheiro dos royalties do petróleo, apontados pela operação "Royalties" da Polícia Federal; d) denúncias de fraudes do Ministério Público Federal envolvendo pagamentos, acordos e indenizações feitos pela ANP a usineiros; e) denúncias de uso de artifícios contábeis que resultaram em redução do recolhimento de impostos e contribuições no valor de 4,3 bilhões de reais; f) denúncias de irregularidades no uso de verbas de patrocínio da estatal.

## ATA DA 2ª REUNIÃO DE 2009

Ata Circunstanciada da 2ª Reunião de 2009, realizada em 06 de agosto de 2009, às dez horas e dezoito minutos, na Sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, na oportunidade foram aprovados os seguintes requerimentos: 29/09 Requer seja convidado o senhor JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI, presidente da Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), 30/09 Requer seja convidado o senhor HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), 31/09 Requer seja convidado o senhor WILSON SANTAROSA, Gerente Executivo de Comunicação Institucional da Petrobras, e 32/09 Requer seja convidado o senhor PAULO ROBERTO COSTA, Diretor de Abastecimento da Petrobras, todos de autoria do Senador João Pedro; o Plano de Trabalho proposto pelo relator, Senador Romero Jucá, com os seguintes requerimentos: 89/09 Requer que sejam colocados à disposição desta CPI dois auditores do TCU; 90/09 Requer sejam colocados à disposição desta CPI dois técnicos da CGU; 91/09 Requer seja convidado o Sr. OTACÍLIO DANTAS CARTAXO para prestar esclarecimentos; 92/09 Requer informações ao Presidente da Petrobrás; 93/09 Requer informações ao Min. de Estado da Fazenda; 94/09 Requer seja convidado o Sr. HAROLDO LIMA para prestar esclarecimentos; 95/09 Requer seja convidado o Sr. VITOR DE SOUZA MARTINS para prestar esclarecimentos; 96/09 Requer seja convidada a Sra. ANA CAROLINA REZENDE DE AZEVEDO MAIA para prestar esclarecimentos; 97/09 Requer seja convidado o Sr JOSÉ GUTMAN para prestar esclarecimentos; 98/09 Requer seja convidado o Sr. NELSON NARCISO FILHO para prestar esclarecimentos; 99/09 Requer seja convidado o Sr. MARCELO MENDONÇA para prestar esclarecimentos; 100/09 Requer informações ao Ministro-Chefe da CGU; 101/09 Requer informações ao Presidente do TCU; 102/09 Requer informações ao Procurador-Geral da

República; 103/09 Requer informações ao Ministro de Estado da Justiça; 104/09 Requer informações à 3ª Vara Federal do DF; 105/09 Requer informações ao Presidente da Agência Nacional de Petróleo; 106/09 Requer informações ao Procurador-Geral da República; 107/09 Requer seja convidado o Sr. RENATO SOUZA DUQUE para prestar esclarecimentos; 108/09 Requer seja convidado o Sr. ALMIR BARBASSA para prestar esclarecimentos; 109/09 Requer informações ao Ministro-Chefe da CGU; 110/09 Requer informações ao Presidente do TCU; 111/09 Requer informações ao Procurador-Geral da República; 112/09 Requer informações ao Ministro de Estado da Justiça; 113/09 Requer seja convidado o Sr. WILSON SANTAROSA para prestar esclarecimentos; 114/09 Requer seja convidada a Sra. ELIANE SARMENTO COSTA para prestar esclarecimentos; 115/09 Requer seja convidado o Sr. LUIS FERNANDO MAIA NERY para prestar esclarecimentos; 116/09 Requer seja convidado o Sr. JUCA FERREIRA para prestar esclarecimentos; 117/09 Requer cópia de documentos à CPI das ONGs; 118/09 Requer informações ao Presidente da Petrobrás; 119/09 Requer informações ao Ministro de Estado da Cultura; 120/09 Requer informações ao Ministro-Chefe da CGU; 121/09 Requer informações ao Presidente do TCU; 122/09 Requer informações ao Procurador-Geral da República; 123/09 Requer seja convidado o Sr. JORGE HAGE para prestar esclarecimentos; 124/09 Requer seja convidado o Sr. EVERARDO BARBOSA GOMES para prestar esclarecimentos; 125/09 Requer seja convidado o Sr. GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELA para prestar esclarecimentos; 126/09 Requer seja convidado o Sr. CARLOS ALBERTO AGUIAR para prestar esclarecimentos; 127/09 Requer seja convidado o Sr. CLAUDIO NOGUEIRA para prestar esclarecimentos. 128/09 Requer informações ao Ministro-Chefe da CGU; 129/09 Requer informações ao TCU; 130/09 Requer informações ao Procurador-Geral da República; 131/09 Requer informações ao Ministro de Estado da Justiça; 132/09 Requer informações ao Juiz Federal da 4ª Vara Federal Criminal do RJ; 133/09 Requer informações ao Presidente da Petrobrás; 134/09 Requer informações ao Procurador-Geral da República; 135/09 Requer informações ao Presidente do TCU; e 136/09 Requer informações ao Ministro-Chefe da CGU, com a presença dos (as) Senadores (as): **Antonio Carlos Júnior (DEM), Álvaro Dias (PSDB), Sérgio Guerra (PSDB), Ideli Salvatti (PT), Marcelo Crivella (PRB), João Pedro (PT), Paulo Duque (PMDB), Romero Jucá (PMDB), Fernando Collor (PTB), Jefferson Praia (PDT), Heráclito Fortes (DEM), Inácio Arruda (PC do B), Delcídio Amaral (PT) e Gim Argello (PTB).** Estiveram presentes ainda os Senadores: **Aloizio Mercadante (PT), José Agripino Maia (DEM), Mão Santa (PMDB) e Demóstenes Torres (DEM), não membros da Comissão.**

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

INQUÉRITO

termos do Requerimento 569, proposto pelo Senador Álvaro Dias, e eu espero que nós possamos inaugurar este processo de discussão, de investigação, de trabalho da nossa CPI no sentido de nós elevarmos a um trabalho qualificado, elevarmos o Senado da República por conta da responsabilidade que todos nós temos em tratar uma investigação que diz respeito a uma empresa que é uma referência para todos nós brasileiros. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da primeira reunião desta Comissão. Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A ata está aprovada. Conforme a convocação da reunião, que se destina à apresentação do plano de trabalho do relator e apreciação de requerimentos, eu passo em seguida a palavra ao nosso relator, Senador Romero Jucá, para apresentar o seu plano.

**SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR):** Bom dia a todos e a todas. Excelentíssimo Sr. Presidente da Comissão, Senador João Pedro, Sr. Vice-Presidente da Comissão, Senador Marcelo Crivella, senhores e senhoras Senadores. Sr. Presidente, eu preparei uma pequena apresentação tendo em vista a complexidade dos fatos que trata o Requerimento e tendo em vista a necessidade de organizar e ordenar a forma do trabalho, eu preparei uma pequena apresentação da proposta de trabalho e de requerimentos que nós estamos apresentando e eu passarei então sucintamente a relatar essa questão. Antes disso, eu pediria à assessoria que colocasse sobre a Mesa cópia da apresentação e à Camila também que pudesse disponibilizar para a imprensa cópia da apresentação que vamos fazer aqui, e portanto passo a fazer a apresentação. Nós vamos à primeira transparência, nós vamos ver os objetivos da CPI da Petrobras. O primeiro foco da CPI... A CPI tem sete focos distintos, ou sete fatos determinados, como determina a Legislação. O primeiro deles é indício de fraudes nas licitações para reforma de plataforma de exploração de petróleo apontadas para operação águas profundas da Polícia Federal. O segundo item é graves irregularidades nos contratos de construção de plataformas apontadas pelo Tribunal de Contas da União. Portanto, dois assuntos pertinentes a plataformas construídas em operação pela Petrobras. O terceiro item é indício de superfaturamento na construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, apontados pelo relatório do Tribunal de Contas da União. O quarto item diz respeito a denúncias de desvio de dinheiro dos royalties de petróleo apontados pela operação royalties da Polícia Federal. Esse assunto especificamente diz respeito à Agência Nacional de Petróleo, ANP. O item seguinte diz respeito a denúncias do Ministério Público sobre fraudes envolvendo pagamentos, acordos e indenizações feitas pela ANP a usineiros. Isso trata de um acordo empreendido entre a Agência Nacional de Petróleo e

alguns sindicatos de usineiros e portanto também referente à ANP. O item seguinte e último item diz respeito à denúncia de uso de artifícios contábeis que resultaram em redução do recolhimento de impostos e contribuição no valor de quatro bilhões e trezentos milhões. Esse é assunto específico que diz respeito à questão tributária e num incidente, num evento é relacionado entre a Receita Federal e a Petrobras. E por último, denúncias de irregularidade no uso de verba e de patrocínio da estatal Petrobras. Então, esses são os pontos, os focos, os objetos determinados, requeridos pela CPI que está iniciando os trabalhos hoje.

Nós já tomamos algumas providências, que foi exatamente articular junto a instituições e órgãos que estão trabalhando já neste assunto para que nós pudessemos agregar, acoplar informações e agregar um trabalho conjunto. Nós mantivemos contato com o Tribunal de Contas da União, Ministro Ubiratan Aguiar, com a Controladoria-Geral da União, Ministro Jorge Hage, e com o Ministro Tasso Genro da justiça e a direção da Polícia Federal. Esses organismos já estão investigando esses assuntos, pelo menos a grande maioria deles que são pauta de foco da CPI. Até esse momento foram entregues à CPI 88 requerimentos. Senador Alvaro Dias, 31 requerimentos. Senador Antônio Carlos Júnior, 53 requerimentos e Senador João Pedro, quatro requerimentos. Esses requerimentos estão listados na apresentação, eles estão listados, do Senador Alvaro Dias com todos os objetivos... Nós estamos publicizando ele, faz parte da apresentação inclusive distribuído à imprensa e eles serão tratados a partir de um determinado momento, a partir de agora do item de trabalho que nós estamos definindo. Portanto, nós listamos todos os requerimentos e agora vamos enquadrar os requerimentos nos pontos determinados, focados na matéria da CPI. O primeiro ponto que nós estamos propondo tratar na CPI, que chamamos de fase 1, é a denúncia do uso de artifícios contábeis que resultem redução de recolhimento de impostos da Petrobras. Então, esse assunto será tratado na próxima terça-feira, em Audiência Pública às 14h00 aqui nesse Plenário. Se for aprovada a proposta que nós estamos fazendo. Quais as providências a serem tomadas nesse aspecto? Primeiro, convite para oitiva do Sr. Otacílio Dantas Cartaxo, que é o atual secretário da Receita Federal. Extra oficialmente nós temos ouvido várias posições sobre essa matéria, inclusive de que não há multa da Receita Federal, de que não há lançamento da Receita Federal, então efetivamente o primeiro ponto de esclarecimento deste fato é ouvir da Receita Federal efetivamente o que há em relação a essa matéria. Então, nós estamos convidando o Sr. Otacílio Dantas Cartaxo, solicitando à Petrobras o envio de remessa de documentos que dizem respeito a esta operação, e solicitando ao Ministério da Fazenda também um posicionamento oficial sobre esta operação. Então, esses pontos são os pontos elencados para uma primeira ação. Os requerimentos que dizem respeito a esta matéria são o Requerimento 18 do Senador Alvaro Dias pedindo para convocar a Sra. Linda Maria Vieira, que eu estou dando pela rejeição porque ela não é mais secretária da Receita Federal,



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

INQUÉRITO

portanto o secretário agora é o Sr. Cartaxo que é quem deve responder oficialmente pela Receita Federal. Um Requerimento do Senador Alvaro Dias pedindo ao Ministério da Fazenda as informações sobre essa questão, está atendido parcialmente, então nós estamos também portanto pedindo ao Ministério da Fazenda esse tipo de informação. Um Requerimento também do Senador Antônio Carlos Júnior na mesma linha de convidar ou convocar a Sra. Linda Vieira que também está sendo dado pela rejeição pelo mesmo motivo. Um Requerimento convocando o Sr. Marinus Marsico, que é do Tribunal de Contas da União, que nós estamos dando pela rejeição, por enquanto pelo menos, porque vamos saber primeiro o que houve, se houve fato, se não houve fato, efetivamente não há porque desdobrar, chamar o TCU sobre algo que não existiu. Então, na verdade nós estamos primeiro elucidando o fato. E o Requerimento convidando o Sr. Ives Gandra Martins para discutir a questão tributária que também estamos dando pela rejeição, não estamos aqui discutindo o modelo de antecipação ou não da questão tributária, mas sim o fato se existiu ou se não existiu. Portanto, não é pertinente o debate podemos nesse momento sobre essa questão tributária como modelo tributário. Então, esses são os aspectos relacionados à primeira fase do trabalho que nós vamos fazer na próxima terça-feira.

A fase 2, que está proposta para ser na terça-feira seguinte, dia 18, engloba dois assuntos ou dois objetos determinados do Requerimento. E tratam da mesma organização que a Agência Nacional de Petróleo. Na terça-feira, dia 18, nós vamos tratar das denúncias de desvio de dinheiro de royalties do petróleo apontado pela operação royalty da Polícia Federal e das denúncias do Ministério Público Federal de fraudes envolvendo o pagamento de acordo indenização feitas pelos usineiros com a ANP. Quais as providências a serem tomadas nessa matéria? Primeiro, convite para oitiva do Sr. Aroldo Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo. Convite para a oitiva do Sr. Vitor de Souza Martins, Diretor da agência que era responsável anteriormente pela área de pagamento de royalties da ANP. Convite da Sra. Ana Carolina Resende, Procuradora da República que conduz Inquérito Civil Público referente ao acordo dos usineiros. Convite do Sr. José Guttman, superintendente de controle de participações da ANP que vai fazer uma apresentação sobre a estrutura de distribuição de royalties da ANP. Convite do Sr. Nelson Narciso filho, que é o Diretor da ANP atualmente responsável pelo setor de royalties da ANP. E convite para o Sr. Marcelo Mendonça, Procurador-Geral da ANP, que vai também poder debater a questão jurídica com a Procuradora, se for o caso. Além disso, nós estamos solicitando informações e remessa de documentos relativos à operação royalty realizados pela Polícia Federal a CGU, para manter

o que tiver, Tribunal de Contas da União, Procuradoria-Geral da República, Ministério da Justiça referente à Polícia Federal e Justiça Federal da terceira vara que é o processo onde foi homologado o acordo dos usineiros. Passando ainda. Referente à informação de remessa de documentos de acordo feito pela indenização ainda à ANP e à Procuradoria-Geral da República. Então, assim a gente procura esgotar o debate nessa primeira... Nessa fase, no que diz respeito aos dois aspectos que tratam da CPI da Agência Nacional de Petróleo.

Os requerimentos apresentados para essa questão pertinente da ANP nos dois aspectos são: O Requerimento 23 do Senador Alvaro Dias, que pede que seja encaminhado pelo Ministério Público cópia integral, que está atendido. O Requerimento 26 do Senador Alvaro Dias, que pede à Polícia Federal cópia do inquérito, está atendido. O Requerimento 42, que convida a Sra. Josênia Seabra, esposa do Diretor Vitor Martins, controladora da empresa análise e consultoria. Nós estamos dando pela rejeição nesse primeiro momento porque em princípio não há a necessidade de chamá-la, a não ser que fique comprovado algum tipo de desvio ou de procedimento que tenha sido feito por alguém, portanto não estamos antecipando essa questão. [Soa a campainha]. O Requerimento 43 que convocava o Sr. Vitor de Sousa Martins, está atendido. O Requerimento do Sr. Adriano pires, especialista da área de royalties está pela rejeição. Ele poderá ser convidado na fase final da CPI que é a fase propositiva de discussões sobre questões de modelo, mas não nesse item agora da avaliação da investigação, porque nós não estamos discutindo o modelo de royalties. O Requerimento 54, o Sr. Pinheiro está sendo também rejeitado, já que o acordo foi homologado da justiça não está mais se discutindo o acordo. Pelo menos por enquanto. O Sr. Paulo Afonso Braga, empresário, também pela rejeição. E a remessa do material da terceira vara está sendo atendido através do Requerimento, parte do Requerimento 88. Então, essa fase 2 que será na terça-feira seguinte se esgota nesse primeiro debate com esses pontos que nomeei. Aí nós entraremos na fase 3, que é a fase que diz referente a indício de superfaturamento na construção da refinaria Abreu Lima em Pernambuco apontado pelo relatório do Tribunal de Contas da União. Nessa fase, nesse item nós vamos fazer as seguintes providências. Convite de oitiva do Sr. José Gabrielli, Presidente da Petrobras. Convite de oitiva do Sr. Renato Souza Duque, Diretor da área de serviço de engenharia da Petrobras. Convite para oitiva do Sr. Almir Barbassa, Diretor-Financeiro da Petrobras. Convite de oitiva professor Paulo Roberto costa, Diretor de abastecimento da Petrobras. Então, os diretores da Petrobras estarão à disposição, não só para esse item, mas para os itens seguintes também. Estarão já **pré** convidados, aprovados, e serão trazidos à medida que o Plenário da CPI entender que é necessário. Além disso, nós vamos solicitar informações e remessa de documento relativo a irregularidades apontadas na construção da refinaria Abreu Lima pedindo a Controladoria-Geral da União, Tribunal de Contas da União, Procuradoria-Geral da República, Ministério da Justiça,



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

INQUÉRITO

departamento de Polícia Federal. Os requerimentos apresentados pertinentes à questão de Abreu Lima são Requerimento 32 do Senador João Pedro convidando Paulo Roberto costa está atendido. Do Senador Alvaro Dias requerendo que o Tribunal de Contas encaminhe material está atendido. Do Senador Alvaro Dias pedindo à Polícia Federal para encaminhar operação Castelo de areia referente à Petrobras está atendido. A convocação de funcionários da Camargo Corrêa que são cinco requerimentos, aliás, quatro requerimentos estão rejeitados, pelo menos no primeiro momento tendo em vista que não farão parte dessa discussão num primeiro momento da questão de irregularidades ou não. O Requerimento 52 convidando Almir Diretor-Financeiro está atendido. E portanto nós teremos uma primeira visão do que diz respeito à questão da refinaria de Abreu e Lima e debateremos esse assunto. Na fase 4, a fase seguinte depois do assunto de Abreu e Lima, teremos as denúncias de irregularidades no uso de verba de patrocínio da Petrobras. Será a fase seguinte a ser discutida. As providências que serão tomadas inicialmente dentro desse aspecto. Convite da oitiva do Sr. Wilson Santa Rosa, Gerente-Executivo de comunicação. Convite para oitiva da Sra. Elaine Sarmiento costa, Gerente na área de patrocínio da Petrobras. Convite para oitiva do Sr. Luis Fernando Maia, Gerente da área de responsabilidade social da Petrobras. Convite para oitiva do Sr. Juca Ferreira, Ministro do Estado da cultura. Solicitação de informação listagem de contratos de patrocínio da Petrobras inclusive de projetos que utilizaram a Lei Rouanet no período de 98 a 2009, portanto nos últimos 10 anos. Vamos pedir isso. A Petrobras e ao Ministério da Cultura solicitação de informação e remessa de documentos relativos a contratos de patrocínio da Petrobras que estão sendo investigados que tem algum indício de irregularidade. Nós estamos pedindo isso à Controladoria-Geral da União, ao Tribunal de Contas da União e à Procuradoria-Geral da República. Portanto, todos os contratos e patrocínios que estão sob suspeição investigados por esses órgãos serão remetidos à CPI. Estamos também solicitando à CPI das ONGs cópia de todos os documentos relativos a patrocínios da Petrobras que estão à disposição da Comissão da CPI das ONGs, exatamente porque há assuntos que são pertinentes a essa questão da Petrobras, que estão à disposição da CPI das ONGs e serão tratados aqui. Quais requerimentos apresentados pertinentes a essa questão de patrocínio da Petrobras? Senador João Pedro, convidando Sr. Wilson Santa Rosa. Está atendido. Senador Alvaro Dias requerendo Sr. Wilson Santa Rosa, está atendido. Senador Alvaro Dias requerendo que seja encaminhado pela Petrobras a relação de todos os pagamentos e repasse de transferências para produtoras de vídeo. Rejeitado. Não é objeto da CPI. Não é patrocínio. Produção de vídeos é outro departamento. Senador Alvaro Dias,

requer seja encaminhada fundação Sarney cópia de todas as prestações de contas. Estamos rejeitando nesse primeiro momento. Após o depoimento da Petrobras e do Ministério da Cultura, nós veremos se esse assunto é pertinente, a prestação de contas e a fiscalização da Petrobras ou o Ministério da Cultura. Se for Ministério da Cultura, não será especificamente aqui que deverá ser tratado. Portanto, nesse primeiro momento estamos dando pela rejeição, mas ficará suspenso dependendo do depoimento dos convidados que virão a essa CPI. Seguinte. Requerimento Senador Alvaro Dias seja encaminhado Ministro da Cultura cópia das prestações de contas. Estamos rejeitando o pedido de documento de prestações de contas porque não sabemos ainda se é pertinente ou não mas estamos convidando o Ministro da Cultura para fazer um relato aqui sobre a relação Ministério da Cultura Lei Rouanet Petrobras e a definição das atribuições de cada um no que diz respeito a essa questão. Requerimento 14. Requer seja encaminhada estrutura institucional número de relação de gerentes existentes titulares orçamento não é matéria específica do patrocínio. É matéria mais geral está sendo dado pela rejeição. Requerimento 21. Requer seja encaminhado pelo Tribunal de Contas cópia processo de fiscalização de andamento que tratem verba de patrocínio. Atendido Requerimento Senador Alvaro Dias. Requerimento 34. Convocado agora do Senador Antônio Carlos Júnior. Convocação de uma série de pessoas do Estado da Bahia no que diz respeito a patrocínio. Nós estamos dando pela rejeição vamos primeiro ouvir o depoimento da Petrobras verificar o que está sendo investigado, quais são as questões e depois eventualmente alguém que seja listado nessas irregularidades poderá ser chamado. Então, a priori nós estamos dando pela rejeição exatamente porque seria antecipar fatos, seria de certa forma colocar antes da apresentação e dos levantamentos a convocação de algumas pessoas que em tese poderiam ser pertinentes ou não. Então nós estamos dando pela rejeição. O Requerimento 84 do Senador Antônio Carlos Júnior que convoca o Wilson Santa Rosa está sendo atendido. Então, com essa... Dessa fase nós ouviremos a Petrobras, teremos a forma de trabalho da Petrobras, estaremos identificado quais são as irregularidades como está sendo tratada essas irregularidades e a partir daí poderemos desdobrar na convocação, no convite de alguns outros empresas ou instituições para complementarem o processo de investigação. Mas no primeiro momento essa é a proposta da relatoria. A fase 5 ela trata da questão dos indícios de fraude na licitação de reforma de plataforma no que diz respeito à operação águas profundas e graves irregularidades nos contratos de construção de plataformas apontadas pelo Tribunal de Contas. Nós também englobamos esses dois pontos da CPI numa discussão só porque os dois dizem respeito à plataforma e especificamente ao questionamento do TCU quanto aos processos de licitação simplificados da Petrobras. Quais as providências que nós vamos tomar para tratar desses dois itens na fase 5. Convite para oitiva do Sr. Jorge Hage, Ministro da Controladoria-Geral da União lembrar que os diretores da



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

INQUÉRITO

Petrobras já estão convidados portanto estarão à disposição para todos os assuntos pertinentes à Petrobras, não precisam ser colocados aqui novamente porque já foram convocados, convite para oitiva do Sr. Everardo Barbosa, Gerente-Executivo de logística da exploração da Petrobras que é responsável especificamente pela área de plataformas, convite para oitiva do Sr. Guilherme Estrella, Diretor da área de exploração, não tinha sido convidado no rol de diretores antes portanto é convidado agora. Convite do Sr. Carlos Alberto, Procurador da República que atuou na investigação da operação águas profundas, convite para Cláudio Nogueira Delegado da Polícia Federal da operação águas profundas e solicitação de informações e remessa de documento relativo a águas profundas no tocante a Petrobras a CGU, Tribunal de Contas da União, Procuradoria-Geral da República, Ministério da Justiça, Polícia Federal, Justiça Federal e Petrobras. Ainda pediremos no que diz respeito à investigação do contrato de plataforma no Tribunal de Contas informações sobre a Controladoria-Geral da União remessa de documentos Tribunal de Contas da União e Procuradoria-Geral da República. Então assim nós cobrimos todos os aspectos de plataforma que estão sendo elencados no objeto determinado da CPI. Requerimentos apresentados sobre essas duas matérias focadas. Requerimento 17 do Senador Alvaro Dias, que convoca para a Comissão os senhores Valdir Carvalho da empresa Iesa óleo e gás, das operações águas profundas nós estamos rejeitando no primeiro momento, vamos primeiro ouvir a Polícia Federal, Ministério Público e Petrobras e a partir daí partir para os desdobramentos de alguma convocação que seja necessária, mas agora por enquanto pela rejeição. O Requerimento nº. 20 que pede ao Tribunal de Contas todo esse material atendido, Requerimento 24 que pede à Polícia Federal atendido, Requerimento 85 que pede material da Petrobras material sobre as plataformas atendido parcialmente no que diz respeito a operações específicas, o Requerimento 56, o 57, o 58, o 59, o 60 e o 61 são rejeitados, são convidando servidores da Petrobras que foram demitidos ou empresários que foram envolvidos na operação água profunda. Eles foram presos, estão sendo investigados nós vamos primeiro analisar os depoimentos, analisar os inquéritos, ouvir a Polícia Federal, ouvir o Ministério Público, se necessário essas pessoas desdobradamente serão convidados dependendo dos depoimentos que nós tivermos aqui. Então a priori nós não estamos convocando ninguém, estamos rejeitando requerimentos. O Requerimento 62 requisita à Polícia Federal material de águas profundas está atendido. O Requerimento 63, o 64, o 65, o 66 e o 67 na mesma forma convoca ex-funcionários da Petrobras que foram demitidos por conta da operação águas profundas. Esses funcionários foram demitidos, nós vamos ouvir primeiro a Polícia Federal, a Petrobras, todos os

segmentos envolvidos verificar se há necessidade ou não eventualmente de chamar um desses funcionários que foram demitidos que em tese já foram penalizados. Portanto não vamos convocar ninguém mas se houver necessidade posteriormente faremos a convocação. Nós teremos ainda o Senador Antônio Carlos Júnior. 68, 69, 70, 71, 72, 73, na mesma linha da questão da individualização das operações águas profundas. Nós estamos dando pela rejeição. Se no decorrer do depoimento na Polícia Federal, levantamento dos inquéritos for necessário surgir tipo de acusação que seja necessário chamar especificamente alguém nós chamaremos essas pessoas. Por enquanto o parecer é pela rejeição. Temos mais o 74, o 75, o 76, o 77, o 78 na mesma linha também pelos mesmos motivos. O 79 que é o Delegado da Polícia Federal da operação águas profundas está atendido. Portanto a Polícia Federal virá aqui dar o posicionamento sobre essa investigação que está em curso. O 80 chama o Sr. Vladimir sócio Diretor da empresa também rejeitado pelo mesmo motivo. O 81 rejeitado também ex-funcionário da Petrobras pelo mesmo motivo e o 82 também rejeitado pelo mesmo motivo. Aí nós teremos a fase seguinte da CPI os senhores podem verificar que nós esgotamos os pontos focados os objetos determinados da CPI. Então nós estamos propondo uma fase seguinte que é a fase propositiva da CPI. Ou seja, é aonde vai se discutir os procedimentos que vão aprimorar e resultarão no trabalho da CPI para melhorar os procedimentos da Petrobras e eventualmente evitar qualquer tipo de equívoco que tenha sido cometido durante procedimentos e novos procedimentos. Então vamos realizar audiências públicas para debater sobre a Legislação do processo licitatório da Petrobras, é ponto que já identifiquei como um dos problemas no relacionamento e na pendenga entre Tribunal de Contas da União e Petrobras exatamente a questão da Legislação que embasa os procedimentos licitatórios simplificados da Petrobras. A Petrobras se baseia na lei do petróleo e portanto no desdobramento da lei do petróleo num Decreto presidencial do Presidente Fernando Henrique para que se possa ter procedimentos licitatórios transparentes, claros, mas simplificados que ensejem a Petrobras a condição de operar num sistema de livre iniciativa inclusive de concorrência internacional e o TCU questiona que nesse não seria o dispositivo adequado e sim o dispositivo adequado seria a regulamentação da Constituição no que diz respeito à norma própria para funcionamento das empresas estatais. Então, nós vamos discutir isso, e é proposição minha que a CPI apresente uma proposição para que isso possa ser dirimido definitivamente. Um projeto da CPI que possa ir direto ao Plenário do Senado. Nós estamos há 10 anos com essa pendência sendo resolvida por liminar no Supremo Tribunal Federal dando ganho de causa à Petrobras mas é claro que essa não é uma posição confortável. Eu acho que um dos papéis que essa CPI pode fazer é exatamente contribuir para definitivamente resolver essa questão. Outra questão importante é debater a questão dos royalties inclusive porque aí já estará apresentado a Câmara dos Deputados a Legislação



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

INQUÉRITO

do pré-sal, e nós teremos um novo debate sobre royalties, sobre cobranças de impostos e tudo mais, portanto não é matéria pertinente mas é uma questão que pode ser discutida, eu coloco como tema, e também um ponto que nós identificamos que levou até a esse acordo entre a ANP e usineiros debater sobre as portarias da ANP que criaram subsídios por meio da conta petróleo. Segundo setores, existem ainda legislações que não estão definitivamente claras e portanto podem gerar como este acordo que foi feito à ANP e usineiros outros passivos, outras demandas eu acho que essa CPI tem se debruçando e investigando essa questão específica da ANP do acordo também a obrigação de se debruçar sobre isso e propor definitivamente algo que encerre de vez essas discussões que oneram os cofres públicos. Então, esses são três pontos inicialmente para debate que eu acho que poderão ser agregados como tema de proposição da CPI, além do relatório que vai discutir a questão do patrocínio, que vai de certa forma propor que eu espero normas que melhorem e regulem melhor o funcionamento da própria Petrobras então são questões que serão debatidas ao longo do andamento da própria CPI. Além desses requerimentos que tem parecer contrário que foram atendidos, nós elencamos 19 requerimentos que são assuntos diversos fora dos assuntos requeridos à CPI e que nós estamos dando parecer contrário. São 19 requerimentos que eu não vou aqui perpassar os requerimentos, se quiser discutir especificamente algum não vou perpassar mas são requerimentos que levam a convocação, a pedido de material, a levantamento de temas que efetivamente não são parte dos sete pontos dos objetos determinados da CPI. Então para concluir nós elencamos todas essas providências em quatro requerimentos que eu proponho que sejam votados como proposição da relatoria nesse plano de trabalho. O primeiro Requerimento que engloba todos os pedidos de material a todas as instituições que foram aqui elencadas. Então, seria um Requerimento de pedido de material, de encaminhamento de documentos a todos esses setores que foram elencados. Um segundo Requerimento que convida todas as figuras, todas as instituições, todas as autoridades que foram elencadas aqui também no plano de trabalho. Um terceiro Requerimento que considera prejudicados os requerimentos que foram atendidos ou atendidos parcialmente, exatamente que fazem parte desse rol de pessoas convidadas ou material solicitados. E um quarto Requerimento que são os requerimentos que serão votados em globo dos requerimentos que terão parecer contrário porque estão fora do objeto da CPI. Portanto aqueles 19 requerimentos que nós apresentamos. Assim, Sr. Presidente, esse é o plano de trabalho que nós apresentamos para esse primeiro momento, é claro que dizendo que isso é um roteiro que fica aberto a proposição dos Senadores, a conjuntura das informações, aos desdobramentos dos depoimentos, portanto é apenas um

roteiro a ser seguido para que nós possamos organizar melhor e dar celeridade aos trabalhos que estão sendo propostos. Muito obrigado.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Obrigado Senador Jucá pela apresentação da proposta. Nós vamos ouvir o Plenário da CPI, começando pelo Senador Sérgio Guerra. Em seguida Senador Alvaro Dias e depois Senador Crivella, nosso Vice-Presidente.

**SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE):** Sr. Presidente, Senador João Pedro, nós sempre tivemos uma convicção sobre Comissões Parlamentares de Inquérito. E que diz respeito a sua organização. E essa discussão deve ser prévia. Não é bom que ela se desenvolva ao longo da investigação propriamente dita porque sobre esse aspecto é muito melhor refletir antes do que refletir ao longo de um processo que pode estar contaminado de emoção, de influências daí pra frente. É absolutamente saudável que o relator da Comissão Parlamentar de Inquérito escolhido eleito por essa Comissão que ele tenha um plano de investigação. Eu sempre defendi isso nas poucas comissões das quais fiz parte. Estruturar um plano, um roteiro é desejável. É recomendável e é indispensável. Muito mais no cenário do tamanho desse que pretendemos operar que é o cenário da imensa Petrobras. É claro que a Comissão tem os seus objetivos e a convocação foi feita em torno deles. Da mesma maneira que é absolutamente imprevisível que ao longo do processo de investigação não sujam variáveis alternativas, encaminhamentos que devem ser a cada momento considerados. Nós desejamos investigar a Petrobras. O objetivo da CPI foi traçado no Requerimento que foi subscrito por vários Senadores e que se transforma hoje nessa primeira sessão. Ao longo dessa prévia de CPI, nós da oposição nos recusamos a três atitudes. Primeiro, a de divulgar e expandir publicitar, politizar denúncias eventuais sobre a Petrobras, seus dirigentes e suas operações. Qual a nossa orientação? A nossa orientação foi caminhar nesse assunto com toda responsabilidade necessária. Nem para oposição nem para nenhum Senador faz sentido um processo que diminua a Petrobras. Que afete seus interesses maiores que se confundem com os interesses do país. A nenhum de nós interessa isso. Também não interessa a nós de maneira nenhuma estabelecer áreas de proteção. Áreas de preservação não do petróleo, mas de certos interesses. Nós vamos desejamos e esperamos ter colaboração para investigação responsável sobre essas áreas e esses pontos. Se caminharmos com tranquilidade, se não repetirmos aqui o cenário do Conselho de Ética, se as coisas não forem fechadas, forem abertas, com a responsabilidade devida podemos contribuir com a Petrobras. Eu tenho a convicção completa que num país como o Brasil, com a importância que tem a Petrobras para ele, não haverá quem deseje transformar a Petrobras no campo de uma poderosa luta política. De uma confrontação. Não vamos atuar pela confrontação. Hoje o Senador Romero Jucá, cuja competência todos reconhecemos e que eu pessoalmente acho uma pessoa ajustada para a



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

INQUÉRITO

função de relator dessa Comissão, aliás, sempre achei, Senador Romero Jucá propõe um determinado roteiro e algumas decisões. Evidentemente que nesse roteiro e nessas decisões há o que discutir, há o que nesse instante refletir, mas a minha opinião é que nós devemos fazer isso desde logo com total tranquilidade. Com total tranqüilidade e com respeito ao regimento e que essa discussão não se promova nem evolua na base da aritmética dos votos para um lado e votos para outro. Os votos daqueles que não querem que a Petrobras eventualmente seja verdadeiramente investigada e os votos daqueles que pretendem investigar a Petrobras inteira. Eu sou daqueles que acha que é impossível investigar a Petrobras inteira. Petrobras é grande demais, é complexa demais e nós temos que necessariamente para sermos positivos aqui preocupação em termos da ação positiva é forte, nós temos que ter foco. Não podemos nos dispersar porque na dispersão não vamos concluir coisa alguma e vamos produzir mais uma frustração. A oposição sempre sobra à possibilidade de denunciar setores que não querem investigar. E ao Governo sempre sobra alternativa de dizer que setores querem fazer política em eleição ao invés de CPI. Vamos trabalhar para que essa conjugação negativa não se multiplique e não se confirme. Que o Governo compreenda que é preciso fazer ajustes reais na Petrobras e que a Petrobras é uma grande empresa e será maior ainda, tem a favor dela componentes extremamente positivos, mas tem inserido nela, tem inserido nela problemas que precisam ser enfrentados e para os quais não há razão nenhuma que o Senado, que os Senadores, que o Poder Legislativo se manifeste e contribui. Se fizermos isso vamos andar bem. Há uma série de decisões que estão anunciadas na propostas pelo Senador Romero que para nós tem um viés que precisa ser um pouco reajustado. Não adianta apenas a versão oficial. Ou a versão daqueles que querem confirmar a versão oficial. É preciso ter também a versão daqueles que dizem que a versão oficial não é exatamente aquela que deve prevalecer. E que há considerações além dessas que estão propostas. Ou que seriam propostas. Mas nada de pré julgamentos, nada de confrontações em torno do vento, e que pelo menos no caso do meu partido que está representado aqui por mim e pelo Senador Alvaro Dias e com certeza na atuação do DEM que sempre teve em relação a essa Comissão extrema prudência, quero atestar aqui a presença em todas as reuniões havidas até agora do líder José Agripino que sempre afirmou mais ou menos isso, investigar a Petrobras não é a mesma coisa de investigar outras instituições. Sobre elas vamos pensar atuar de maneira competente e técnica. É isso que nós queremos fazer. E é isso que eu espero que a partir dessa abertura muito bem feita, corretamente introduzida por um relatório prévio, que propõe caminho, que nós discutamos caminho e tenhamos suficiente maturidade para chegarmos a conclusões que não afetarão nem o

futuro da Petrobras nem os seus acionistas, senão de forma positiva.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Obrigado, Senador. Vou só pedir para nós... Evidente que falou o Presidente do PSDB, a gente encurtar mais esse tempo. V.Ex<sup>a</sup> falou oito minutos. Em seguida o Senador Alvaro Dias.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Sr. Presidente, V.Ex<sup>a</sup> achar oportuno adotar um critério de revezamento, alternância, não há problema.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Não, eu estou pela ordem de solicitação. Certo?

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Bem, Sr. Presidente João Pedro, Senador relator, Romero Jucá, primeiramente reconhecer que V.Ex<sup>a</sup> agiu com extrema competência e muita objetividade. Sucinto, mas pragmático. É claro que escolheu um viés e é esse o ponto da discordância. V.Ex<sup>a</sup> optou por convocar aqueles que supostamente defenderão a causa governista. E V.Ex<sup>a</sup> eliminou já preliminarmente aqueles que eventualmente possam denunciar. Ou seja, nós teríamos aqui um Tribunal só com advogados de defesa e sem promotor. Desta forma nós não investigaremos. As causas da proposição desta CPI não estariam plenamente alcançadas com esse modelo de... Proposto por V.Ex<sup>a</sup> de roteiro, que é competente, mas evidentemente parcial. E eu vou ser pontual. A primeira questão da suposta mágica contábil realizada pela direção da Petrobras ao final do ano passado que supostamente teria significado um prejuízo de mais de 4,3 bilhões de dólares em impostos para a Receita Federal. Se nós não convocarmos a ex-secretária, nós não estaremos no contraponto, não teremos o contraponto. V.Ex<sup>a</sup> está convocando apenas quem nós já sabemos tem uma posição favorável à decisão da Petrobras. E nós precisamos primeiramente ouvir a denúncia para depois ouvir a defesa, se é que haverá a denúncia. Eu não sei se haverá a denúncia. Mas é insubstituível a convocação da Sra. Lina, a ex-secretária da receita. Porque o problema surgiu exatamente em razão da manifestação de insatisfação dela como secretária da Receita Federal. E consta até que a demissão dela tem uma conexão direta com esse fato. Então, não ouvi-la é abrir mão de conhecer o fato na sua profundidade. Por isso eu insisto que ela seja sim ouvida como convidada, inclusive, por esta Comissão, Requerimento do Senador Antônio Carlos Júnior e também Requerimento de minha autoria. Outro ponto, Sr. Relator, a prática indica que nós parlamentares nos desgastamos quando convocamos sem material para o questionamento. É por isso que a nossa preocupação nos primeiros requerimentos foi exatamente requerer auditorias já realizadas, ações já desenvolvidas pelo Ministério Público, contratos, prestação de contas, documentos, enfim, inquéritos da Polícia Federal que possam nos minuciar para os questionamentos que deveremos fazer. E V.Ex<sup>a</sup> já convoca e nós não sabemos se teremos tempo e acesso a essa documentação. Eu preferiria retardar a convocação ou depoimento de determinados convidados ou convocados para antes conhecermos



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

INQUÉRITO

detalhadamente a fim de essa Comissão possa acima de tudo demonstrar competência, para evitar o desgaste. Isso nós verificamos em todos os itens colocados por V.Ex<sup>a</sup>. No caso do patrocínio, o STF já tem decisão favorável a que fatos conexos possam ser incluídos na CPI. Nós, ao elaborarmos o Requerimento, não nos lembramos de incluir patrocínio e publicidade. Mas há aí uma conexão, e que pode perfeitamente, já que há denúncias... E as denúncias aconteceram sobretudo depois da apresentação do Requerimento. A imprensa veiculou várias denúncias sobre utilização indevida de recursos de publicidade. Então, nós estamos requerendo a V.Ex<sup>a</sup> que reconsidere. Nós poderemos, inclusive, propor um Requerimento de aditamento, olhando um terço das assinaturas dos Senadores e aditaríamos ao Requerimento original esse item da publicidade. Quer dizer, acho que V.Ex<sup>a</sup> poderia perfeitamente dispensar esse trabalho e acolher os requerimentos que dizem respeito a recursos de publicidade. Eu não entendo também porque V.Ex<sup>a</sup> não acolhe requerimentos que pedem prestação de contas. Nós estamos pedindo prestação de contas ao Ministério da Cultura, mais especificamente sobre a fundação Sarney. Trata-se de recurso com patrocínio e portanto o fato determinado é explícito. Neste caso não há como não argumentar, não ser fato determinado. Então, não entendo porque não requerer a prestação de contas. V.Ex<sup>a</sup> aí faz uma inversão, porque quer ouvir o Ministro da Cultura, por exemplo, antes de conhecer os elementos que possam nos autorizar a indagar do Ministro da Cultura. Nós queremos saber se houve prestação de contas dos recursos repassados na forma de patrocínio para a fundação Sarney no Maranhão, e se esses recursos foram corretamente aplicados. Isso é indispensável à prestação de contas. Não vejo nenhuma razão ou motivação para que se possa excluir este Requerimento. Nós estamos simplesmente solicitando prestação de contas. Aí verifica-se, Sr. Relator, que há sim a utilização de dois pesos e duas medidas. V.Ex<sup>a</sup> atende requerimentos que convidam ou que convocam, e V.Ex<sup>a</sup> não atende outros e que dizem respeito ao mesmo tema, ao mesmo objetivo. V.Ex<sup>a</sup> está fazendo um prejulgamento, certamente, do que pode interessar ou não interessar exatamente em função do que V.Ex<sup>a</sup> deseja, vem a ocorrer ao final dessa CPI. Nós não somos contrários a que se busque uma fase propositiva bastante produtiva, com recomendações, sugestões e aprimoramentos da Legislação, mas é indispensável uma investigação cuidadosa, rigorosa e sobretudo honesta. É objetivo da CPI. O objetivo da CPI. Então, o Senador Sérgio Guerra inclusive gostaria de tempo para que nós pudéssemos analisar a proposta de V.Ex<sup>a</sup>, eu creio que tem razão, Senador Sérgio Guerra, ao fazer essa solicitação. O que nós não podemos, Senador Romero Jucá, e V.Ex<sup>a</sup> tem competência para esse enfrentamento e ao final oferecer um relatório convincente à opinião pública brasileira. Mas nós não

podemos de forma alguma estabelecer aqui uma relação de dois pesos e duas medidas para as investigações. É preciso que essa CPI demonstre sobretudo imparcialidade, porque ao final ela não seja rotulada de CPI chapa branca. Esse não é o nosso desejo. Nós não queremos pronunciar mais esta frase. Que esta é uma CPI chapa branca. Nós queremos ao contrário, que essa CPI convença que ela se instalou exatamente para alcançar os seus objetivos finais que é oferecer à sociedade brasileira um diagnóstico correto sobre o que ocorre na gestão atual da Petrobras.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Eu vou passar a palavra por conta dos questionamentos ao relator Romero Jucá.

**SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR):** Sr. Presidente, eu agradeço a oportunidade e primeiro quero agradecer as palavras do Senador Sérgio Guerra no que diz respeito ao trabalho que apresentei e à proposta que nós estamos querendo fazer. Depois, dizer que o Senador Alvaro Dias ele me dá a oportunidade de a gente poder esclarecer a forma de trabalhar. Eu diria que eu e o Senador Alvaro Dias, nós estamos comungando no mesmo sentido. Só que nós estamos querendo partir de caminhos diferentes e chegar a posições diferentes. O que eu estou propondo? Eu estou propondo que a gente discuta modelo, a gente tenha o apanhado institucional do posicionamento de funcionamento da Petrobras, e a partir dessa visão geral, visão de funcionamento, visão das instituições e aí não é verdade que nós estamos evitando trazendo só quem vai defender as ações da Petrobras. Não. Nós estamos trazendo a Polícia Federal, Tribunal de Contas, o Ministério Público Federal, nós estamos trazendo a CGU, nós estamos trazendo os inquéritos que estão sendo investigados exatamente para que se tenha essa visão sistêmica. O que é que eu não estou fazendo, que seria talvez a proposta do Senador Alvaro Dias? É partir de fatos isolados, então a Prefeitura da Bahia, da festa de São João, um patrocínio da fundação Sarney, uma plataforma P 51 não sei de onde... E a partir daí ir pegando fatos isolados, que são milhares, e na minha visão correr o risco de se perder nesse emaranhado e não ter a visão do todo. Eu estou propondo o inverso, que acho que é mais inteligente. É ter a visão do todo, ver como funciona, ver qual é a sistemática, ver onde é que existem as falhas e a partir da visão do todo pontuar nos erros e aí sim, sem prejudicar agora, mas eu disse aqui que poderemos chamar depois quem em tese for exemplo de qualquer tipo de questão a ser corrigida, pontualmente. A minha visão aqui da CPI, a CPI... Essa CPI tem que ter a grandeza da Petrobras. O fim dessa CPI não pode ser pegar determinado funcionário ou determinada empresa. Isso é uma... Isso é um desdobração. Se alguém fez errado, o Governo, a CPI, o Senado, ninguém... A Petrobras... Ninguém tem compromisso com o erro. Se alguém fez errado, vai pagar. Agora, o objetivo precípuo da CPI não é pegar alguém. O objetivo é investigar, identificar padrões de equívocos ou de irregularidades, punir, mas corrigir esses



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

INQUÉRITO

padrões. E nós só vamos ter os padrões se a gente tiver efetivamente o modelo de como funciona. Então, o que eu estou propondo? Visão geral, as críticas... E aqui vão surgir TCU, Ministério Público... Agora, eu não vou trazer pontualmente um funcionário para começar ouvindo um funcionário que vai falar de outro funcionário. Quer dizer, isso pode vir como desdobramento do quadro que a gente quer investigar. Então, eu considero, primeiro, injusto, mas entendo essa afirmativa de que nós estamos querendo proteger a investigação, não é verdade. É uma questão de sistemática. V.Ex<sup>a</sup> tratou de alguns fatos isolados aqui que quero dar o exemplo. Quer dizer, a ex-secretária linda, nós estamos trazendo primeiro a Receita Federal. Depois, a ANP. Só na terceira fase virá a Petrobras. Por quê? Porque eu estou solicitando, como bem disse V.Ex<sup>a</sup>, todo esse material agora, nós vamos aprovar hoje, e todo esse material estará à disposição dos Senadores e Senadoras. Todo o material. Na próxima terça-feira nós vamos ouvir a Receita Federal. E por que nós vamos ouvir só a Receita Federal? Porque eu não sei, eu não sei oficialmente se há multa, se houve irregularidade, se não houve irregularidade, qual é o procedimento... Então, a primeira questão antes de chamar aqui... A Lina poderá ser chamada se amanhã chegar aqui alguém e disser: Houve uma multa, a receita fez, a Sra. Lina fez e alguém desfez a multa e mandaram passar a borracha. É indício de irregularidade. Então, vamos saber por que multou, vamos saber por que não multou. Agora, eu não estou partindo desse pressuposto porque não estou prejudgando nem para um lado nem para outro. O que eu estou chamando aqui? A instituição Receita Federal para saber houve irregularidade na visão da receita, não houve, qual é a Legislação, o que é que cobre isso, outras empresas fizeram, era possível fazer... Há multa. Há multa ou não há multa. Se há multa, qual o procedimento? Qual a posição do Ministério da Fazenda? Tanto que eu estou convocando para terça-feira que vem e estou deixando a quinta-feira livre. A minha ideia é que nós tenhamos reuniões e trabalho às terças e quintas. Então, estou convocando para terça-feira e deixando a quinta-feira livre. Se na audiência de terça-feira, no desdobramento os Senadores e Senadoras entenderem que é preciso qualquer esclarecimento a mais sobre essa questão da Receita Federal, nós iremos convocar e teremos a quinta-feira para desdobrar. Agora, se eu não sei nem se há ou se não há questões, ao que se fala não há, não tem sentido aqui eu chamar a Petrobras para falar de algo que não existe. Se eu não sei se existe. De chamar a Sra. Lina para discutir o quê? Se ela foi demitida, se ela não foi demitida, por que ela foi, por que não foi... É assunto dessa questão? Não é assunto dessa questão. A não ser que a demissão dela tenha se dado por conta de uma multa ou de uma multa que existiu ou que não existiu no tocante à Petrobras. Então, eu não estou prejudgando. Mas eu estou aberto e

disse isso aqui para nós desdobrarmos cada assunto. O que eu propus aqui é um roteiro. Em cima desse roteiro, os fatos surgirão. E os fatos serão os fatos. Serão maiores do que as ações. E nós vamos discutir aqui abertamente, a imprensa vai acompanhar. A sociedade vai acompanhar. Agora, eu não vou chegar aqui num roteiro institucional de discutir modelo numa grandeza que é a Petrobras e pontuar cinco ou seis pessoas que vou estar personalizando uma CPI que acho que pode prestar um grande serviço à nação e à Petrobras. Então, nós vamos fazer metodologicamente da forma que eu propus, pelo menos é essa a sugestão que eu faço para o Plenário da Comissão, e a partir daí nós vamos discutir. Questão de patrocínio que V.Ex<sup>a</sup> colocou. Quer dizer, qual é a intenção? É começar a discutir patrocínio por causa da fundação Sarney ou é seriamente discutir patrocínio, metodologia, quem dá patrocínio à Petrobras, como é transparência, como é investigação, como é que deve ser feito os controles, como é que deve melhorar os procedimentos para não ocorrer fatos que são fatos que foram divulgados como irregulares em diversas áreas, e não só nesse Governo. Não só nesse Governo. Então, o que nós vamos fazer? Nós vamos pontuar essa CPI vai ser um instrumento do embate na questão do Presidente Sarney ou vai ser algo que quer realmente enquadrar a sistemática de patrocínio da Petrobras para que ela seja produtiva para o setor cultural, para o país, para as diversas instituições desse país? Eu acho que essa é a visão de todo mundo. Então, em vez de pontuar e diminuir essa discussão, eu começo pelo **macro**, nós vamos discutir aqui, amanhã vai vir aqui o Sr. Santa Rosa com toda sua equipe, vai demonstrar o que é patrocínio, o que é convênio, o que é publicidade... Se houver conexão na matéria que nós temos que cuidar, eu disse aqui, nós vamos estender. Agora, eu não vou aqui de antemão, me desculpe, discutindo a metodologia de patrocínio, pedir as notas fiscais de pagamento de produtora de vídeo da Petrobras que deve ser uma loucura. Eu não estou discutindo isso aqui. Não é essa a metodologia mais indicada que eu acho. A minha visão. Posso estar errado. Por isso estou colocando o plano para que todos possam ver. Amanhã, se isso ficar determinado no andamento da investigação do modelo, das mudanças, algo que seja específico e necessário de chamar, ou da fundação Sarney, ou de produtora, ou de agência de publicidade, nós traremos, porque será decisão da maioria do colegiado discutindo transparentemente. Aqui nós não vamos esconder nada. Agora, vamos discutir com a razão, vamos discutir com essa visão de que o processo é um processo eu acho de investigação para melhorar a Petrobras. V.Ex<sup>a</sup> colocou a questão ainda de prestação de contas. Por que não estou pedindo fundação Sarney e estou pedindo o Ministro da Cultura? Porque é importante que a gente saiba como funciona. A partir de saber como funciona, como é a prestação de contas que é-- [interrupção no áudio] nós vamos saber fundação Sarney quem é responsável é a Petrobras ou é o Ministério da Cultura? Se for Ministério da Cultura, não é CPI aqui da Petrobras de patrocínio. Não tem porque a Petrobras dar uma explicação de algo que ela não fiscaliza. Não sei se



**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA GERAL DA MESA**  
**SECRETARIA DE COMISSÕES**  
**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE**  
**INQUÉRITO**

é. Então, vamos ouvir de quem? Da Petrobras e do Ministério da Cultura qual é a pertinência de cada segmento. A partir daí tem desdobramentos se houver a necessidade dos desdobramentos. Eu só não estou prejulgando. Eu não quero carimbar. Se depender de mim essa CPI não vai ser a CPI de marcar alguém ou de fazer algum tipo de procedimento que eventualmente seja algo focado específico com a visão política específica. Não é. Pode até chegar--

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Artigo 14, Sr. Presidente.

**SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR):** Pode até chegar a nisso. Pode até chegar a nisso. Mas não é esse o objetivo.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Pelo artigo 14, Sr. Presidente.

**SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR):** Bom, dois pesos e duas medidas eu já falei nessa questão. E eu estou aberto. Eu vou discutir cada ponto. Nós não vamos fugir do debate. Nós não vamos fugir da discussão. Eu discuto aqui o que eu estou defendendo aqui, cada Requerimento aqui eu discuto e posso ser vencido pela maioria e vou respeitar a decisão do Plenário. Agora, a minha posição e minha opinião técnica sobre a matéria eu tenho a obrigação de dar, obrigação com o país, com a Petrobras e com os Senadores que confiaram em mim me indicando relator dessa matéria. Só isso.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Artigo 14, Sr. Presidente.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Senador Alvaro Dias, nós temos uma relação--

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** É que eu fui citado e eu preciso esclarecer alguns pontos.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Mas não houve ofensa. Ele estava argumentando, estava dialogando que V.Ex<sup>a</sup> inclusive suscitou--

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Nós vamos ficar nessa CPI sem debate. Eu acho que é importante o debate.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Um momento, Senador. Nós temos uma relação de 10.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Mas eu estou pedindo regimentalmente.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Não houve ofensa. Ele dialogou.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Não. Ele citou, por exemplo, que a CPI não pode ser--

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** V.Ex<sup>a</sup> tem dois minutos.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Pois não, então eu vou falar. Primeiramente, o que nós vamos indagar da Receita Federal, atual, ou da Petrobras, da direção da Petrobras se nós não ouvirmos a Lina? Ela que deve saber o que houve de erro. Eu não sei o que houve de erro. Não me cabe apontar o erro neste caso--

**SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR):** Vamos saber primeiro se houve erro.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Cabe a ela. Cabe a ela apontar. Ela que manifestou publicamente a sua insatisfação em relação à mágica contábil, essa foi a denominação da imprensa, que se fez lá na Petrobras sobre tributos. Então, ela tem que ser a primeira a ser ouvida. Senão que não há consequência. V.Ex<sup>a</sup> diz: Como saber se há erro... V.Ex<sup>a</sup> diz: Quem errou paga. Mas como saber se há erro se nós não convocamos, se nós não investigamos os fatos determinados e pontuais? Onde houve a denúncia tem que haver a investigação. Aqui não se fez nenhum Requerimento sem que o fato tivesse ocorrido. Sem que a denúncia tivesse acontecido. Os requerimentos foram pontuais porque só há possibilidade de investigar se houve erro se nós agirmos pontualmente. Portanto, em relação à publicidade... Aliás, a questão da fundação Sarney. É importante dizer a V.Ex<sup>a</sup>. Eu não tenho nenhum propósito de na CPI da Petrobras atingir o Presidente Sarney. A questão da fundação Sarney que surgiu depois. V.Ex<sup>a</sup> pode verificar que o Requerimento é posterior aos primeiros requerimentos. A CPI já estava constituída quando surgiu o problema da fundação Sarney. Então, não há nenhum objetivo dessa CPI específico. Nós queremos realmente fazer o diagnóstico da realidade. [Soa a campainha]. Em relação à publicidade, eu considero imprescindível a investigação e por isso já pedi à assessoria que prepare um Requerimento de aditamento. Nós vamos colher as assinaturas necessárias e isso é regimental. Nós achamos importante investigar essa área.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Com a palavra o Senador Crivella. Eu vou ler a relação dos Senadores que estão discutindo o plano apresentado pelo Senador Jucá. Senador Delcídio, em seguida, Senador Agripino, Senador Antônio Carlos, Senadora Ideli, Senador Fernando Collor, Senador Jefferson Praia.

**SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):** Sr. Presidente, nós debatemos com profundidade o plano de trabalho do relator. E nós achamos de que se pudesse dar um exemplo, nós observar esse copo, se a gente chegar com o copo muito perto, nós não vamos ter uma visão correta. Se nós colocarmos esse copo um pouco mais distante, nós vamos ter a visão macro, para que depois a gente possa ir à visão micro. O plano é esse. Nós não podemos na Petrobras e



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

INQUÉRITO

numa CPI dessa atirar para todo lado pra ver qual o pato que vai cair. Perde o foco. Não é o sentido da nossa CPI. Eu quero tocar aqui rapidamente em alguns pontos que acho relevante, farei em um minuto. É que nosso plano de trabalho apresentado pelo relator contempla todos os requerimentos nas suas pertinências. Mas havia requerimentos que pediam o pagamento de todas as faturas feitas pela Petrobras e todas subsidiárias em contratações, empresas contratando produtoras, vídeos... Que seria um excessivo... Uma excessiva carga de documentos que não iria nos conduzir a uma conclusão efetiva, rápida, lógica, dentro daquilo que foi proposto. Quer dizer, nós temos uma investigação. A CPI é uma eu diria autorização do Plenário da Casa, é uma procuração que nós recebemos de 81 Senadores para investigar sete pontos elencados. Naqueles sete pontos elencados se colheram as assinaturas para que nós pudéssemos identificá-los. E nós estamos nos detendo a eles. Eu acho também que como disse o Sérgio Guerra, nós não podemos começar nossa CPI com confrontações antecipadas e prejulgamentos a meu ver afoitos e inconvenientes. Porque nós não vamos conseguir ter um diagnóstico. A companhia apresentou sintomas. Esses sintomas foram elencados em sete itens e nós agora vamos procurar fazer um diagnóstico para verificar a causa desses sintomas. E nisso o plano de trabalho é decisivo. Se não vem aqui a funcionária da receita, virá a Controladoria, virá todo o processo, virá a Receita Federal. Todos estarão aqui para responder todas as nossas perguntas e indagações. E se for necessário em algum momento ela também virá. Se não ficarmos satisfeitos. Ela também virá. A coisa do patrocínio e convênio é importante a gente notar. Quer dizer, a Petrobras, e isso o relator também diagnosticou, ela não tem uma Legislação interna que seja muito clara. Ela delega a muitos gerentes atribuições e isso pode sim causar certo conflito. E até uma péssima gestão dessa administração. Nós vamos nos debruçar sobre isso. Há uma preocupação. Agora, é preciso ver o que é patrocínio e o que é convênio. Quando a Petrobras faz um patrocínio, ela tem interesse em promover o seu nome. Quando ela faz um convênio, é diferente. Ela tem interesse, por exemplo, lá no meu Estado do Rio de Janeiro na região de Itaboraí de fazer convênio com escolas que possam educar crianças porque amanhã ela vai precisar de mão-de-obra para a nossa refinaria. Ou até que as pessoas possam ler placas de trânsito e evitarem acidentes. O que nós fizemos, quer dizer, a procuração que nós recebemos do Senado Federal foi para investigar patrocínios. Há requerimentos que tratam de convênios. Podemos fazer um aditamento. Mas até que esse aditamento seja feito, e aprovado, não pode constar do plano do relator. Não há como a gente antecipar isso. Eu gostaria também de citar que não há, posso aqui garantir, não há nesse momento qualquer obstáculo em relação à vinda das autoridades e a remessa de

requerimentos. Nós vamos hoje aprovar Requerimentos que vão nos autorizar a requerer todos os documentos pertinentes à nossa investigação. E também as autoridades. Eles virão, tenho certeza, com a presteza que a CPI merece. Portanto, não há como a gente nesse momento antecipar de que as autoridades virão e os documentos não chegarão a tempo. [Soa a campainha]. Sr. Presidente, eram essas minhas considerações e eu quero desejar a V.Ex<sup>a</sup>, na Presidência dessa tão importante CPI, muito êxito, muito sucesso, e parabenizar o relator porque nos apresenta um plano de trabalho lúcido no horizonte que temos hoje. É completo? Não. Também durante as investigações poderemos acrescentar, editar, e ir até onde nossas consciências ditarem para que ao final dessa CPI a nossa Petrobras, porque é nossa, porque é de nós todos, sobretudo dos brasileiros, saia uma companhia mais grandiosa do que é hoje. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Muito obrigado, Senador Crivella. Próximo orador é o Senador Delcídio. Há uma permuta com o Senador Fernando Collor.

**SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL):** Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, senhoras e Srs. Senadores, muito obrigado Senador Delcídio Amaral pela permuta. Eu li o relatório, a proposta de trabalho que nos é apresentado pelo relator, Senador Romero Jucá. Nota-se, percebe-se que é um trabalho de fôlego, um trabalho executado com muita atenção, com muita responsabilidade, e tentando abranger de uma forma objetiva e que seja ágil todas aquelas indagações e requerimentos e informações que chegaram a esta... A esta Comissão. Mas eu acredito que sendo o objetivo desta Comissão, e acredito de todo o Senado, que o resultado dos nossos trabalhos seja de melhorar, melhorar a empresa, que nós precisaríamos estabelecer quais os limites desta empresa. O fato é que pela experiência que eu tenho na relação com as estatais, o que acontece no mais das vezes é que a pessoa guindada à Presidência ou à direção dessas empresas, eles se transformam em verdadeiros reis de um pequeno feudo, instrumento rico e com muita autonomia. Normalmente eles não dão nenhuma importância, nem obedecem a nenhuma hierarquia no caso da Petrobras, ao Ministro da Minas e Energia e até ao Presidente da República. Se julgam autônomos. Autônomos. E se o Presidente da República não chama o feito à ordem e não exerce um controle diário sobre o Presidente e a Diretoria, eles têm um liberdade absoluta de fazer aquilo que julgarem conveniente. Agora recentemente a companhia e o seu Presidente tiveram que pedir, sempre achou, é uma companhia que sempre se achou sem ter necessidade de nenhuma ajuda ou colaboração do Governo, mas agora recentemente ela teve que se curvar. E o Presidente Luís Inácio Lula da Silva e a Ministra Dilma Rousseff e o Ministro Edison Lobão mandaram liberar 25 bilhões de reais para ajudar aquela companhia que antes se julgava



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

INQUÉRITO

absolutamente infensa a qualquer tipo de dificuldade financeira ou qualquer tipo de... De um aporte de recursos maior. Lembro-me que não faz tanto tempo assim, acho que uns 15, 20 anos, que a companhia não tinha sequer um departamento de custos. Acostumadas que eram as estatais, a cada vez que tivesse problema de caixa, pediam ao Governo aumento de tarifas. A Petrobras era uma delas. E portanto elas não tinham necessidade de saber, por exemplo, quanto custava o refino de um barril de petróleo para a companhia. Não havia necessidade. Quando precisava de recursos, ia ao Presidente e solicitava: Estamos com dificuldade, precisamos de mais tarifa. Então, dentro desse objetivo maior, além de elucidar essas questões que estão aí colocadas, e que é de fortalecer esta empresa, de modernizá-la, de fazer com que ela seja parte integrante do Governo e por intermédio do Governo, da vida nacional, é necessário que se estabeleça um novo modelo de administração e de relação desta empresa com o Governo. Tem que haver uma subordinação clara e explícita daquele que está presidindo a companhia com o Presidente da República. Não pode ter essa autonomia absoluta, porque o próprio Governo Federal se tomou de surpresa com algumas coisas, com algumas liberalidades que foram tomadas pela direção desta companhia. E eu tenho certeza que o Governo não concorda com algumas dessas iniciativas que foram adotadas. Tenho certeza absoluta. Então, seria muito interessante se desta reunião e desta CPI saísse também uma nova formatação. Se por meio de uma lei, se por meio de uma... De alguma... De condensar alguma Legislação para que a Petrobras e outras não se transformem... Antigamente também era a Vale do Rio Doce. Faziam o que queriam. Faziam o que queriam. Não davam a menor bola a quem estivesse na Presidência da República ou a quem fosse o Ministro da área, no caso o Ministro das Minas e Energia. E se transformavam em governos quase que paralelos e independentes. E não pode. Tem que seguir a linha estabelecida por quem é o Presidente da República. Isso é uma coisa muito importante que seja visto e que seja colocado. Isso numa... Num trole, para que isso não saia da linha. Outra sugestão que eu faço, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Relator, senhoras e Srs. Senadores, é que se pudesse, incluíssemos como um tema para tratar dentro desta CPI o marco regulatório do pré-sal. O Governo está agora estudando esse tema. Acredito eu que dentro de mais 30 dias, 60 dias, esse estudo finalmente seja terminado. Essa Comissão deverá dentro dos próximos 60 dias ainda estar trabalhando. E esse fato seguramente vai suscitar inúmeras dúvidas por parte daqueles que não tenham ainda um conhecimento exato do que isso significa. [Soa a campainha]. Já concluo, Sr. Presidente. Então, eu sugiro que nós já de antemão possamos prever que essa discussão do marco regulatório do pré-sal pela capilaridade que vai ter assuntos aqui tratados na CPI

com este marco regulatório, seja incluído no plano de trabalho que V.Ex<sup>a</sup> apresentou a essa Comissão. Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado Senador Delcídio pela oportunidade.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Obrigado, Senador. Com a palavra o Senador José Agripino.

**SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN):** Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores, eu queria inicialmente cumprimentar com muito gosto a exposição do Senador Fernando Collor. Eu acho que ele está colocando a dimensão correta que esses trabalhos precisam adquirir nessa Comissão. A Petrobras, que é uma das maiores empresas do mundo e seguramente a maior empresa do Brasil e que é patrimônio do povo brasileiro, não pode significar um monstro autônomo nas mãos de quem quer que seja. Se ela é grande, é um monstro, ela tem que ser domada. E a hora é agora. Está correto, S.Ex<sup>a</sup>. Está corretíssimo. Quando o ex-Presidente da República, Geisel, deixou a Presidência, ele foi ser Presidente da Petrobras, que já àquela época era poderosa e autossuficiente. Me dizia agora o Senador Alvaro Dias, por determinação da sua direção, corretamente contrariando a orientação do então Presidente da República Geisel, que iniciou os trabalhos do pré-sal. De forma autônoma contrariando no tempo da revolução a orientação do então Presidente da República. Recentemente vazou um diálogo no encontro do Presidente Chávez com o Presidente Lula, Lula dizendo, referia-se à Dilma, à Ministra Dilma, que ia ser Presidente da Petrobras quando deixasse a Presidência da República. Veja só o que está no subconsciente das pessoas. Só tem um detalhe, Senador Romero Jucá. V.Ex<sup>a</sup> é homem de muito bom diálogo. Eu gosto muito de conversar e de debater e de... Encaminhar assuntos com V.Ex<sup>a</sup>. Porque V.Ex<sup>a</sup> é homem de bom diálogo. Agora, eu estou preocupado com o encaminhamento que V.Ex<sup>a</sup> acabou de apresentar. Por uma razão, essa CPI Presidente João Pedro, não está sendo instalada para examinar modelo tributário da Petrobras. Para examinar modelo de licitação, de patrocínio. Ela está sendo instalada por denúncias que foram feitas ao modelo tributário, ao modelo de licitações e até ao modelo de patrocínios. Não é o modelo teórico, como o Presidente... Como o relator está sugerindo. Vamos ouvir o que as pessoas que entendem que dominam o assunto completamente no Governo e na Petrobras tem a dizer. O que eu acho que essa Comissão tem a obrigação de fazer é o que é que estão dizendo da Petrobras. Não o que ela tem a dizer. É o que estão dizendo dela, pra gente possa chegar ao modelo aperfeiçoado. E a minha preocupação é que o viés apresentado pelo Senador Romero Jucá é um viés governista, completamente governista. Deixame pegar aqui carona no que o Senador Alvaro Dias colocou com relação à Lina Vieira. Não, não chama Lina, chama Cartaxo. O Cartaxo vem dizer aqui se foi feito certo ou feito errado. Não. Acho que a gente tem que ouvir em qualquer circunstância mesmo que o Governo se saia bem e quero que ele se saia e acho



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

INQUÉRITO

que tem elementos para isso. Acho que a Lina tem que vir aqui para dizer o que houve. A Lina era subordinada ao Ministro Guido Mantega, que é Presidente do conselho da Petrobras e o chefe, chefe da receita. E que devia saber que a Petrobras mudou o modelo tributário no meio de um caminho, no meio de um sem poder. O que está acontecendo? Que auto-suficiência é essa da Petrobras? Interessa à sociedade brasileira que precisa do tributo da arrecadação para que a saúde funcione, para que a educação funcione? Ou vai se submeter ao modelo que tem que ser reparado por denúncias que estão feitas e que tem que ser o objeto dessa Comissão Parlamentar de Inquérito? Essa Comissão Parlamentar de Inquérito não existe para analisar modelos teóricos. Existe para ver, sim, até de pequenas coisas que possam parecer pequenas e pontuais, ver se elas não são o procedimento que a Petrobras está adotando de forma incorreta. A grandeza da Petrobras não pode se perder à pequenez de alguns procedimentos. E se algumas denúncias pontuais sobre fatos que se supõe sejam forem apresentadas, nós temos a obrigação de apresentar Requerimento de convocação e esse Requerimento tem que ser aprovado para que aqui a gente cumpra nossa obrigação, corrigir rumos e entregar ao povo brasileiro uma Petrobras que seja patrimônio do povo, orientada por Governo, que contribua para o Governo, para o Governo distribuir benefícios à população brasileira. Então, o que eu quero sugerir? Eu queria sugerir ao Senador Romero Jucá, homem de bom diálogo, que veja bem, Senador Romero, V.Ex<sup>a</sup> apresentou parecer prévio sobre 88 requerimentos. V.Ex<sup>a</sup> apresentou parecer favorável sobre 11, parcialmente favorável sobre quatro e rejeitou 66. De 88, rejeitou 66. Aprovou 11 e parcialmente mais quatro. Eu não posso concordar com isso. O que eu gostaria é de que não fossem apreciados nessa sessão os requerimentos sobre os quais o Senador Romero como relator já dá a priori parecer contrário. Eu gostaria que nós tivéssemos oportunidade de fazer uma avaliação prévia entre nós e termos uma conversa em seguida com o relator para ver se chegamos a algum tipo de entendimento que não transforme logo na largada este Plenário num Plenário conflituoso, de forma insuperável. Pra gente possa como V.Ex<sup>a</sup> espera fazer um trabalho produtivo em favor da sociedade e da Petrobras. Examinando a coisa com correção. A secretária Lina Vieira tem coisa a dizer? Vamos trazê-la. Eu até tenho certeza que o Governo tem argumentos e vai se sair bem. Mas ela fez... Não foi uma denúncia, ela fez um alerta ao país. Esse alerta não pode ser desconsiderado como não podem ser desconsiderados os elementos que a Folha de São Paulo, o Estado de São Paulo, o globo, Jornal do Brasil, jornal A, B, C, D, e tantos outros jornais que estão por aí que tem a obrigação de ser instrumentos ou elementos de verificação e de investigação nesta Comissão. Então, a proposta que quero fazer ao Senador Romero Jucá é que não coloque

em votação este 66 requerimentos que tiveram parecer prévio pela rejeição. Pra que a gente possa ter a oportunidade de um debate em cima daquilo que é a minha preocupação. Das denúncias que foram apresentadas. Da obrigação que nós temos de investigar com isenção, fazer uma apreciação prévia para no segundo momento se tivermos chegado ao entendimento, votarmos. Senão, irmos para o voto, para o debate e para o confronto.

**SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR):** Sr. Presidente.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Fernando Collor, dizer que a questão do pré-sal eu tinha referenciado inclusive fruto de uma conversa que tivemos ontem, V.Ex<sup>a</sup> já tinha levantado essa questão, e a ideia é exatamente melhorar os procedimentos e a Legislação de controle à Petrobras. Portanto concordo plenamente com a linha, acho que caberá a nós aqui fruto do debate construir esse caminho e as proposições surgirão. Quero dizer ao Senador José Agripino que a discussão que nós estamos propondo não se trata de discussão de modelo. Se trata de conhecer a realidade e a partir dessa realidade puxar efetivamente fatos determinados negativos ou positivos que possam levar a uma visão do todo. Quer dizer, eu acho que começar por determinados fatos sem saber como é o procedimento, a gente poderia estar generalizando algo que pode não ser generalizado ou até escondendo fatos que podem ser mais graves. Então na verdade a minha ideia era discutir o arcabouço mais geral exatamente ter uma visão da Petrobras como funciona a situação dos patrocínios e a partir daí poder chamar eventualmente alguém que possa ter feito algo errado ou que possa agregar algum tipo de controle ou que possa denunciar algum procedimento que não é um procedimento melhor para a Petrobras e para o país, portanto eu fiz questão de dizer que esse processo aqui estava aberto. Tanto está aberto que quero contrapor a proposta de V.Ex<sup>a</sup>. V.Ex<sup>a</sup> sabe que a gente aqui vai procurar o caminho do entendimento para trabalhar. Acho que o trabalho aqui é interesse de todos. E o respeito a circunstância política de cada um. Eu sei qual é a circunstância política da oposição. A oposição não vai chegar aqui para elogiar o Governo e dar nota 10 no meu trabalho. Mas acho que a oposição pode e vai contribuir e colaborar nesse debate da forma que a circunstância permite. Então, eu quero avançar na proposta de V.Ex<sup>a</sup>. Eu quero propor a V.Ex<sup>a</sup> que a oposição voto te com a minha proposta de trabalho, vote com o Requerimento de convite das pessoas que já foram convidadas, vote com o Requerimento de remessa de material que será disponibilizado em meio magnético, eu faço aqui a ressalva que a assessoria solicite em meio magnético a todas as instituições que estamos pedindo, e eu sob resto a votação dos requerimentos que tem parecer contrário e prejudicado para que no desdobramento das conversas eventualmente se houver alguém desse Requerimentos que seja necessário puxar para esclarecer um ponto a mais, a gente discuta pontualmente esse Requerimento. A minha ideia não é criar um procedimento de passar por cima. A minha ideia é ter uma metodologia



**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA GERAL DA MESA**  
**SECRETARIA DE COMISSÕES**  
**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE**  
**INQUÉRITO**

construtiva de discussão. E digo com toda sinceridade, Sr. Cartaxo era adjunto da Sra. Lina Vieira. Vamos pegar esse exemplo novamente. Se chegar aqui amanhã e ficar comprovado nas conversas no depoimento que houve algo que paire dúvida, eu serei o primeiro a convocar Sra. Lina Vieira. O Governo não teme, não tem o que discutir. Agora, não iria convocar alguém para dar uma versão antes de saber qual é o fato. A senhora Lina Vieira saiu, foi demitida, tem outro tipo de relação... Quer dizer, não sei qual é o ânimos, vamos dizer assim. Então não posso partir da versão antes de ter o fato oficial, a partir do fato oficial existe o fato oficial existem mais versões, se existirem vamos chamar e ver quais são as versões e ver se bate com o fato oficial. Nós não vamos esconder nada aqui. Então, eu contraponho essa proposta a V.Ex<sup>a</sup> pra gente possa fazer esse trabalho em parceria e eu possa ter o voto de confiança dos membros da oposição no trabalho que eu estou me propondo a fazer aqui junto com todos os membros da CPI.

**SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN):** Sr. Presidente, só para responder. Eu consultei com o Senador Alvaro Dias e o Senador ACM Júnior, e de nossa parte nós estamos de acordo. Agora, insistimos na conversa, porque por exemplo, não tem muito sentido você não ouvir a secretária. Não é que seja cavalo de batalha. Você não ouvir a secretária Lina Vieira, até junto Cartaxo se fosse o caso. Isso é só uma questão de exemplo. Agora, estamos de acordo. Na hora em que a gente não concordar em votar os requerimentos que V.Ex<sup>a</sup> apresentou como parecer favorável, nós interromperíamos os trabalhos da Comissão. Então, aprovar pelo menos esse e sobrestamos os restantes pra que a gente possa mediante entendimento tentar a chegar a algum caminho consensual.

**SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR):** Volto a dizer, na terça-feira nós teremos aqui o secretário da Receita Federal. Que era adjunto da Sra. Lira. Nós teremos na quinta-feira uma data aberta. Que pode ter desdobramento. Quando eu propus terça-feira a Receita Federal e liberada a quinta-feira necessariamente necessário algum desdobramento tratar quinta-feira. Quando estou propondo terça-feira a ANP, é exatamente na quinta-feira precisar de algum desdobramento, nós faremos desdobramento na quinta-feira. Então, da minha parte V.Ex<sup>a</sup> pode ter certeza. Agora, não vou antecipar aqui uma disputa interna da Receita Federal. Sem ter a exata noção de que se isso é uma disputa específica, ou se isso é um fato determinado que eventualmente precise ter esclarecido.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Vamos prosseguir. Próximo orador é o Senador Antônio Carlos.

**SENADOR ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Relator, senhoras e Srs. Senadores. A estrutura proposta pelo Senador Romero Jucá é correta, é boa. Claro, nós divergimos exatamente no conteúdo, onde na verdade nós gostaríamos para ter uma investigação mais aprofundada, de ouvir muitos desses... Desses... Dessas pessoas que foram solicitadas por mim e pelo Senador Alvaro Dias e que o Senador Romero Jucá deu parecer contrário e agora no entendimento com o Senador José Agripino ele vai sobrestar e nós [ininteligível] correto. A Sra. Lina Vieira é fundamental até porque houve, quer dizer, partiu da Receita Federal a informação de que a Petrobras tinha agido incorretamente. Quer dizer, partiu da receita. Ou seja, claro que foi uma manifestação que a Sra. Lina concordava com ela. Ela colocou a questão de que havia uma irregularidade cometida pela Petrobras. Então daí a necessidade da convocação dela. Outro exemplo que nós podemos colocar também sobre esse assunto é a questão por que há intermediação de ONGs carimbadas nos patrocínios da Petrobras? Por que precisa a Petrobras envolver ONGs e carimbadas? Quer dizer, aí que está o procedimento incorreto. Por exemplo, não são questões pontuais. Pontuais pode ser para o beneficiário, mas a Petrobras vem praticando seguidamente procedimento incorreto ao envolver ONGs talvez desnecessárias ou carimbadas para intermediar patrocínios. Já é um procedimento, digamos, costumeiro da Petrobras. Então, esse ponto também mereceria uma investigação mais aprofundada e isso nós vamos dialogar com o Senador Romero Jucá. Portanto, o que poderia ficar por exemplo para o final seriam aqueles depoimentos técnicos que foram pedidos o professor Ives Gandra, o professor Adriano pires. Esses eu concordo que deveriam... Como eles são técnicos, extremamente técnicos, eles poderiam ficar para a fase propositiva. Esses não tem nenhum problema. Eu acho que eles devem... Eles deveriam ser convidados para a fase propositiva porque acho que eles têm contribuição a dar. Portanto, esses reparos eu faço, eu lamento que a gente não possa se aprofundar ouvindo pessoas que poderiam contribuir com a investigação, sem dúvida nenhuma, não tenho dúvida disso, porém nós vamos concordar com a proposta do Senador Romero Jucá e de não rejeitar, mas sobrestar e tentar a medida do avanço dos depoimentos tentar ouvir mais gente que eu acho que nós temos muito mais gente para ouvir do que essa lista inicial proposta pelo Senador Romero Jucá. Era o que eu tinha a fazer.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Ok. Próximo orador inscrito, Senador Delcídio Amaral.

**SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS):** Sr. Presidente, Senador João Pedro, Vice-Presidente Senador Marcelo Crivella, meu caro relator, Senador Romero Jucá. Eu queria fazer algumas considerações, Presidente, primeiro com relação a essa CPI. Essa é uma CPI diferente. Trata de uma companhia de capital aberto que é auditada por auditores independentes, que



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

INQUÉRITO

tem papéis em bolsa, inclusive lá fora, que é acompanhada pela Controladoria-Geral da República, pelo Tribunal de Contas da União, portanto uma empresa bastante fiscalizada e monitorada sistematicamente e permanentemente. Ela é a principal empresa brasileira, sem dúvida nenhuma vai crescer muito mais depois do advento do pré-sal, como foi aqui citado. É inegável que a governança da Petrobras avançou muito nos últimos anos, como também de outras empresas estatais. Os modelos de governança em sociedades de capital aberto eles são muito diferentes se nós compararmos com estatais puras. Porque os controles são muito maiores. Inclusive controles que partem não só da máquina do Governo, mas também do mercado. E por ser uma CPI diferente, nós temos que nos cercar de muitos cuidados. Aqui eu ouvi o Senador Romero Jucá falar sobre algumas... Algumas questões que são relevantes para a Petrobras. A Petrobras é uma empresa que tem uma governança de alguém que disputa mercado com grandes companhias. Não só aqui no Brasil, mas internacionalmente. Ela tem que ter agilidade, ela tem que ter rapidez. Quando a Petrobras faz uma licitação ou escolhe um parceiro, nós temos uma série de premissas que pautam a definição pela Petrobras daquilo que é melhor para ela. Portanto, nós temos que ter todo cuidado possível na CPI da Petrobras. Na definição da pauta, na apresentação dos requerimentos, na votação dos requerimentos. E acho muito importante o que o Senador Romero Jucá aqui disse. Uma CPI não é só para investigar denúncias. Mas a partir das denúncias e a partir dos diagnósticos, talvez o fator mais importante de uma CPI são as proposições. São os projetos, são as leis que vão surgir em função daquilo que uma CPI investigou. Esse é o grande mérito de uma CPI. Quer dizer, investigar, tomar as medidas cabíveis em função das investigações, punir os culpados, mas apresentar propostas. Senão, ela morre único e exclusivamente na investigação. Ou na punição. Ela tem que proporcionar ao país mecanismos transparentes e mecanismos competentes para melhorar sua gestão. E eu quero, Sr. Presidente, aqui também registrar que sem dúvida nenhuma, a partir de denúncias e que motivaram a instalação dessa CPI, nós vamos ter que discutir sim, Senador Romero, qual é o modelo de compra, de aquisição, de licitação da companhia. Há um Decreto do ex-Presidente Fernando Henrique que pauta os procedimentos da Petrobras. A Petrobras segue esse Decreto. Segue esse Decreto. O Tribunal de Contas da União não concorda. Então, acho que cabe a nós finalmente encontrar uma solução que encerre esse debate e que encerre essa... Esse sem número de questões que infelizmente acabam prejudicando. Não só a gestão da companhia, mas ao mesmo tempo também prejudicando até o trabalho do Tribunal de Contas da União que está cumprindo com o seu papel. Então, acho esse um ponto importante. Outro assunto também, Senador Inácio

Arruda, um dos temas aqui de denúncias é a questão de royalties. Essa questão dos royalties ela virá intensamente no Congresso em função do novo modelo do pré-sal. Porque nós não vamos ter mais uma mesma política de royalties a partir do momento em que nós temos o pré-sal. Portanto, é muito importante, quer dizer, na verdade existem denúncias, mas denúncias que vão nos levar a muitas propostas e a um debate extremamente positivo aqui no Senado sobre aquilo que vem vindo aí. Foi dito aqui pelo Senador Crivella, Senador Collor, está vindo aí o novo modelo para o setor de petróleo e gás e voltado especificamente para o pré-sal. Então, esse é o objetivo fundamental e importante. Quer dizer, existem denúncias, vamos averiguar, vamos investigar, vamos punir ou absolver também. Porque CPI pune e absolve. E ao mesmo tempo apresentar propostas para melhorar a gestão. E consequentemente melhorar o país. Esses pontos são fundamentais, Presidente Senador João Pedro. E eu queria também fazer algumas considerações, louvar a apresentação do relator, Senador Romero Jucá. Pra mim não é surpresa, porque eu conheço o Senador Romero há muito tempo e sei que é competente. E determinado. E objetivo também, como disse o Senador Alvaro Dias. Objetivo. E eu quero aqui registrar a sequência que ela é muito **lógica**. A fase 1, já na próxima terça-feira, com relação às questões contábeis, e vindo aqui o secretário da receita, quero dizer com todo respeito, a Dra. Lina pode vir aqui, mas a receita é uma instituição. Nenhum secretário de receita dá uma penada ou assume uma posição se a Casa não concorda. Eu não conheço qualquer secretário de receita que adotou a postura diferente do que a nomenclatura determina. Mas claro que foi aqui colocado muito bem pelo Senador Romero Jucá que há essa abertura. E importante, Senador Romero, essa janela da quinta-feira, que em função até das audiências públicas, elas podem ser abertas para reuniões administrativas, eventualmente para atender, pelo que é meu entendimento, esses requerimentos que foram sobrestados. Então, acho muito razoável a proposta. Quer dizer, limpa, transparente, clara, mostrando que todos nós estamos querendo trabalhar e estamos querendo fazer dessa CPI uma CPI que, sem dúvida nenhuma, meu caro companheiro Senador João Pedro, será uma referência para o Congresso e especialmente para o Senado. Depois, a fase 2 que é com relação à ANP, aos royalties, a questão das demandas judiciais, especialmente com os usineiros, absolutamente claro, dentro de um processo normal. Começa a discussão, numa visão mais ampla, e depois essas discussões vão levar uma capitalização das investigações. Esse é o processo absolutamente correto também. A fase 3, com relação a refinaria Abreu e Lima. Eu quero aqui registrar, Srs. Senadores, Sras. Senadoras e a Mesa Diretora da CPI, eu andei vendo aí discussões com relação a dúvidas com relação a superfaturamento, a preços incompatíveis. Eu quero alertar aos Srs. Senadores e Senadoras que nós estamos hoje diante de uma realidade em que nós voltamos a construir refinarias. Já há décadas não se constroem refinarias no Brasil. Portanto, os preços de referência nós vamos ter oportunidade de discutir detalhadamente,



**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA GERAL DA MESA**  
**SECRETARIA DE COMISSÕES**  
**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE**  
**INQUÉRITO**

aprofundadamente essa questão. Porque as refinarias hoje em operação no Brasil elas foram ampliadas, Sr. Presidente. Mas refinaria nova nós estamos retomando depois de décadas. Outra questão importante, Presidente, aí já entrando e eu prometo aí ser mais objetivo, na fase 4, que são os patrocínios da Petrobras. Eu sou testemunha. A Petrobras, antes, patrocínio estava na cabeça do Presidente. Dependendo do pedido, ele atendia ou não. Depois, os critérios foram mudando. E realmente começaram a se estabelecer critérios claros. Inclusive decididos não por uma pessoa, mas por um colegiado. E que levava essas decisões, inclusive, para a Diretoria da Petrobras e para o conselho de administração. Eu não estou dizendo de coisas menores, coisas que estão nos limites dos gerentes. E também não estou aqui querendo dizer que a Petrobras não tenha cometido algum tipo de equívoco. Claro, uma empresa que movimenta o que a Petrobras movimenta, conclamo pode haver equívocos. Mas ela tem uma sistemática que vamos ter oportunidade de ouvir aqui com a vinda do Dr. Santa Rosa. E, para fechar essa primeira fase, entrando na fase 5, a investigação. A investigação da operação Águas Profundas. Importante registrar que nós estamos fazendo o caminho certo. Nós não estamos chamando só gente do Governo ou dirigentes da Petrobras, ou dirigentes da ANP. Nós estamos chamando aqui o Ministério Público, nós estamos chamando aqui a Polícia Federal, nós estamos chamando aqui a Controladoria-Geral da República, o Tribunal de Contas da União, Presidente Ubiratan Aguiar... Portanto, nós estamos fazendo essa primeira análise de uma forma muito séria, muito profissional, e de uma maneira muito competente. E quero dizer, Sr. Presidente, aí para encerrar mesmo, que essa CPI ela vai ser uma CPI didática. Porque com as pessoas que estão vindo aqui, eu quero registrar os diretores da Petrobras na sua grande totalidade, de carreira. Pessoas que tem 28, 30 anos, 32 anos de companhia, eu não tenho dúvida nenhuma que a Petrobras numa CPI vai provar por que ela é a primeira empresa do Brasil, porque ela já avançou tecnologicamente como avançou e por que ela vai representar o futuro desse país. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Muito obrigado, Senador Delcídio. Próximo orador inscrito, Senador Jefferson Praia.

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Sr. Presidente João Pedro, relator Romero Jucá, Vice-Presidente Marcelo Crivella. Na verdade nós estamos aí avaliando 88 requerimentos, relator Romero Jucá apresentou o plano de trabalho, é um planejamento parte do geral para o particular. Está correto a sua... O seu posicionamento. Como é um planejamento ele também é flexível, já foi colocado aqui. Se tivermos durante as discussões, as oitivas indícios de irregularidades e que vão ao encontro, por exemplo, de qualquer Requerimento que foi aqui rejeitado, nós deveremos rever essas posições.

**SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR):** Não, ele foi combinado aqui com a oposição que nós não votaremos os que tem parecer de rejeição. Nós vamos sobrestar, vamos... Então nós vamos aprovar o que tem parecer para aprovar e vamos sobrestar os que seriam rejeitados para que no decorrer dos entendimentos eventualmente a gente possa pinçar e discutir alguma convocação. Foi esse o entendimento que nós fizemos com a oposição.

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Ótimo. Então, caminhamos dentro desse contexto. E aí, Sr. Presidente, gostaria de fazer uma sugestão. Eu percebi a opinião dos Senadores que fizeram as suas sugestões para que esta CPI acontecesse e eu gostaria de pedir de V.Ex<sup>a</sup> a análise e para que pudesse aceitar o Requerimento do Senador Alvaro Dias nº. 18 de ouvir a ex-secretária da Receita Federal, Lina Vieira. No momento certo, após ouvíssemos partindo do contexto que V.Ex<sup>a</sup> coloca do macro para... Mas do macro para o particular nesse tópico que trata a questão da participação da ex-secretária, poderíamos ouvi-la e se V.Ex<sup>a</sup> pudesse já aceitar essa sugestão, acredito que vai ao encontro de muitos dos Senadores que estão aqui. Por último, a fase propositiva. Na fase propositiva nós vamos ter condições de verificar essa questão dos processos licitatórios, já foi muito bem abordado pelo Senador Delcídio, a distribuição de royalties também, portaria da ANP e a sugestão do Senador Collor. Eu gostaria também de que V.Ex<sup>a</sup> acatasse essa sugestão que é de fazer os debates, proposições sobre o marco regulatório do pré-sal. Muito obrigado. Isso que tinha a dizer.

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE):** Sr. Presidente, eu quero iniciar tratando da proposta feita pelo Senador Romero Jucá. Eu considero que a sua plataforma de trabalho ela é bem ajustada, começa bem, resolve as controvérsias do ponto de vista mais geral, depois desce para as particularidades da Agência Nacional de Petróleo e da Petrobras. Acho que o projeto está bem ajustado. E ao acatar uma proposição da oposição de deixar sobrestado os requerimentos para eventual aprovação pra que a gente possa examinar mais detalhadamente um aspecto ou outro, seja da Agência Nacional de Petróleo seja da Petrobras, acho que está bem ajustado. Acho que depois tem dois pronunciamentos que eu considero importantes que são do Presidente do PSDB, Sérgio Guerra, e do líder do DEM, Agripino Maia. Por quê? Porque assumem de forma categórica uma responsabilidade maior com o Brasil. Por quê? Porque trata-se da agência que discute marco regulatório é a Agência Nacional de Petróleo. Então, é a agência talvez mais importante que tenha no país, é a Agência Nacional de Petróleo. Não só trata do marco legal, como trabalha hoje com a prospecção para efeito de possíveis leilões futuros. Ela que faz a prospecção para examinar se áreas do continente ou no mar são passíveis de serem leiloadas para exploração de hidrocarbonetos no Brasil. Acho que é um papel muito importante. Além da área de hidrocarbonetos, entra na área de



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

INQUÉRITO

biocombustíveis. Então, a agência tem papel muito destacado. Acho que os pronunciamentos aqui dos líderes da oposição, Senador também Alvaro Dias, como autor, acho que tiveram uma postura muito ajustada, muito correta porque trata-se da agência mais importante e da empresa mais importante do Brasil. Tão importante que quase metade dos investimentos patrocinados pelo Governo Federal no seu projeto de aceleração do crescimento são exatamente da Petrobras, da empresa de petróleo brasileiro e também empresa de energia. Porque hoje a empresa de petróleo não é só de hidrocarbonetos, é também uma empresa que atua em outras áreas, de biocombustíveis e tem possibilidade de atuar em outras áreas também, eólicas, eletricidade, etc. Então acho que o conjunto das intervenções que foram feitas aqui foram dentro de um marco de grande responsabilidade. Estamos tratando da maior empresa brasileira. Que perpassa governos. Hoje é o Governo do Lula. Amanhã o próximo Governo seja ele da situação ou da oposição, terão que conduzir o Brasil tendo a Petrobras como essa importantíssima empresa. Que eu considero que talvez no passado tenha tido dificuldades de ser conduzida porque é muito grande, sempre os Presidentes eu ouvi várias vezes o Presidente Fernando Henrique e seguidas vezes o Presidente Lula reclamar se não era o caso de ser eleito para o Presidente da Petrobras, ao invés de ser Presidente do Brasil. Tamanho é o papel da Petrobras, tamanho é seu envolvimento com qualquer projeto de desenvolvimento do Brasil. E a força daquela estrutura que tem a Petrobras com quadros preparadíssimos que foram frutos de enfrentamento grande no campo político, porque se não tivesse tido esse enfrentamento no campo político não existiria a Petrobras. Porque não era propósito na época de se construir a Petrobras. Pelo contrário. Então nós construímos a Petrobras primeiro no confronto político, depois constituímos uma empresa de grande capacidade. De formação de pessoal qualificadíssimo. E isso que o Senador Delcídio Amaral levantou. São quadros experientes em todas as áreas. Vai desde daquele que perfura até o que faz a comercialização do produto em bancas internacionais disputadíssimas que tem que ter gente de grande capacidade. Então, isso é a Petrobras que nós conquistamos. Acho que ela deve ser examinada, investigada, está sendo investigada por vários órgãos, é controlada, a bolsa de Nova York tem auditoria permanente em relação à Petrobras, a bolsa brasileira também tem uma auditoria permanente em relação a Petrobras. A própria Petrobras tem auditoria permanente. Então é alvo de uma fiscalização já constante mas evidente que ela não pode e nunca fará isso dispor com o Congresso Nacional se quiser investigá-la. E acho que o rumo que V.Ex<sup>a</sup> adotou é um rumo muito ajustado que vai contribuir para a Petrobras e agregou mais. Porque antes, no início da CPI, não se cogitava. Mas V.Ex<sup>a</sup> levantou duas questões centrais. Uma

de dar solução a essa controvérsia e essa pendência permanente da Petrobras com o Tribunal de Contas da União. Viver sobre liminar. Cada licitação mais importante termina alvo de uma liminar porque não há um entendimento ajustado entre o Decreto e o pensamento do Tribunal de Contas. E o segundo em relação a essa questão da distribuição de royalties que vem como marco regulatório, provavelmente já vem aqui como marco regulatório mas pode ser fruto também do entendimento dessa CPI que podemos apresentar uma proposta adequada. Então acho que nós podemos contribuir muito com o Brasil dentro da proposta que V.Ex<sup>a</sup> levantou para todos nós aqui na CPI. Obrigado.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Obrigado Senador Inácio Arruda. Nós vamos submeter a votação. Quero dizer a meu companheiro Senador Jefferson Praia que está contemplada a proposta de V.Ex<sup>a</sup>. Está sobrestada. Ela pode vir dependendo da necessidade dos debates aqui nesta CPI. Como há entendimento da oposição com a propositura do nosso relator, eu coloco em votação o entendimento, o plano de trabalho e aqueles que concordam com o plano de trabalho, permaneçam como estão. Senador Inácio Arruda... Nós temos dois requerimentos para serem votados e vou pedir ao Senador Crivella para ler os requerimentos.

**SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):** Requerimento nº. 89/09 a Comissão Parlamentar de Inquérito Petrobras. Requerimento nº. 89/09. Requeiro nos termos do artigo 89 item 10 do Regimento Interno do Senado Federal sejam colocados à disposição dessa Comissão Parlamentar de Inquérito dois auditores do Tribunal de Contas da União. É um Requerimento do relator. Requerimento 90/09... V.Ex<sup>a</sup> quer fazer a votação primeiro? Ou em globo? Então, requeiro nos termos do artigo 89 item 9 do Regimento Interno do Senado Federal sejam colocados à disposição dessa Comissão Parlamentar de Inquérito dois técnicos da Controladoria-Geral da União. Eram esses requerimentos, Sr. Presidente.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Sr. Presidente, só para ficar claro com o relator, houve sobrestamento dos demais--

**SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR):** Isso que eu queria ressaltar. O plano de trabalho ele propunha a rejeição daqueles requerimentos, nós estamos sobrestando, nós estamos aprovando só os requerimentos de convite, todos são convite, e os requerimentos de remessa de toda documentação que foi apresentada aqui do plano de trabalho.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Nós voltaremos depois a esses requerimentos evidentemente depois de uma tentativa de entendimento.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Eu quero anunciar que o plano de trabalho foi votado por unanimidade. Com essa ressalva. Os dois requerimentos solicitando servidores das duas instituições também em votação.



**SENADO FEDERAL**

**SECRETARIA GERAL DA MESA**

**SECRETARIA DE COMISSÕES**

**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE  
INQUÉRITO**

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. Antes de encerrar a nossa segunda reunião, nós vamos ter reunião na próxima terça-feira, às 14h00, ouvindo dirigente da Receita Federal. O dirigente, secretário. Vamos encerrar essa reunião, muito obrigado pela profunda discussão.

---

Reunião encerrada às 12:18.

Senador João Pedro  
Presidente